



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do**
2 **Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**
3 (7ª e 8ª Sessões Ordinárias)
4
5
6

7 **Data:** 02 de outubro de 2015, 14h00min.
8 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
9 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.
10

11
12 Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, no plenário
13 da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins
14 (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se na
15 sétima e oitava sessões ordinárias os membros da OAB/TO eleitos para o
16 triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente
17 Epitácio Brandão Lopes; Vice-Presidente Rubens Dario Lima Câmara,
18 Secretário-Geral Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretária-Geral Adjunta
19 Heloisa Maria Teodoro Cunha, Diretor-Tesoureiro Pompílio Lustosa
20 Sobrinho. **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro
21 de Paula Canedo, Alex Hennemann, Dinalva Bezerra Costa, Fernando
22 Palma Pimenta Furlan, Huascar Mateus Basso Teixeira, José Augusto
23 Bezerra Lopes, Leontino Labre Filho, Luiz Antônio Monteiro Maia,
24 Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira Nunes, Pedro,
25 Carvalho Martins, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes
26 Garcia e Sérgio Menezes Dantas Medeiros e dos **Conselheiros Estaduais**
27 **Suplentes:** Alexandre Abreu Aires Junior e Roger de Melo Ottaño.
28 **Conselheiros Federais:** Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Ercílio
29 Bezerra e Gedeon Pitaluga. **Ausências justificadas:** Conselheiros
30 Estaduais Saulo Freire, Fernando Rezende de Carvalho e Túlio Jorge
31 Ribeiro de Magalhães Chegury. A seguir, verificado o *quórum* legal, o
32 Presidente do Conselho Seccional declarou aberta a sessão, saudou os
33 presentes, desejou sucesso nos trabalhos do dia e parabenizou os
34 aniversariantes do mês de setembro: Presidente da Subseção de Miracema
35 Roberto Nogueira, Presidente do Conselho seccional Epitácio Brandão,
36 Presidente da Subseção de Tocantinópolis Renato Jacomo, Conselheiros
37 Estaduais Divino Ribeiro, Marcio Moreira, Fernando Furlan e Saulo
38 Freire; e do mês de outubro: Presidente da Subseção de Araguaína José
39 Hilário, Conselheiros Estaduais Ronan Pinho e Juarez da Silva. Após, o
40 Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a Ata da sessão
41 anterior, o Conselheiro Huascar Teixeira disse que seu nome não consta
42 na ata, o Conselheiro Alex Hennemann disse que na última folha deveria
43 constar que teria sido dito pelo Vice-Presidente Rubens Dário que seria
44 disponibilizado cópia integral do processo sobre a vendas dos lotes em
45 Palmas aos Conselheiros até a próxima sessão e que tal não consta na
46 Ata, submetido a votação, foi aprovada por unanimidade. Presenças do



1 Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, da Presidente da
2 Comissão de Direito do Consumidor Priscila Martins, do Presidente da
3 ESA Alander Moreschi, do Presidente da CAATO Marcelo Wallace, do
4 Presidente da Comissão de Ensino Jurídico Maurício Ivonei. Após, o
5 Presidente Epitácio Brandão passou palavra ao Conselheiro Ronan Pinho,
6 que discorreu sobre problemas em Araguaína no refere ao calculo de
7 custas processuais e geração da DAJ, que em Araguaína os advogados
8 têm que enviar copia da petição inicial para o contador fazer o calculo e
9 emitir a DAJ, que na DAJ deve conter o número do CPF de dois servidores
10 remanescentes de Goiás, que recebem por esse serviço, que foi editado a
11 Portaria nº 3707/2015, que na semana passada ele e o Presidente da
12 Subseção de Araguaína José Hilário conversaram com o Presidente do
13 TJTO, o qual disse que a referida Portaria seria revogada, os advogados de
14 Araguaína querem apenas igualdade com as demais comarcas, que cabe
15 ao TJTO resolver o problema dos remanescentes de Goiás sem onerar os
16 advogados de Araguaína, solicita ao Conselho tomar medida mais enérgica
17 junto ao TJTO para resolver o problema, que até a presente data,
18 passados duas semanas da reunião com o Presidente do TJTO, a portaria
19 ainda não foi revogada. O Conselheiro Fernando Furlan disse que em
20 Gurupi esse problema foi resolvido com a efetivação dos servidores, o
21 Presidente Epitácio Brandão se ausentou da sessão temporariamente, o
22 Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse que esse problema foi resolvido
23 em Paraíso, abre a guia e coloca o CPF dos remanescentes de Goiás e faz o
24 preenchimento normal, que devemos avançar e pedir o fim das taxas com
25 porteiro e distribuidor, afinal os processos agora são eletrônicos, o Vice-
26 Presidente Rubens Dário sugeriu oficial ao TJTO solicitando explicações
27 sobre o esse problema e o que poderia ser feito para resolvê-lo, solicitou
28 ao Conselheiro Ronan Pinho para elaborar o ofício para o Presidente
29 Epitácio Brandão enviar ao TJTO. Rubens está conduz a sessão. O
30 Presidente Epitácio Brandão retomou a Presidência dos trabalhos. Em
31 seguida passou-se ao **item 02 da pauta:** Apresentação, discussão e
32 votação da adoção de medidas judiciais a fim de barrar aumentos
33 abusivos de impostos no estado do Tocantins: o Vice-Presidente da
34 Comissão de Direito Tributário Márcio Gonçalves disse o parecer foi
35 elaborado com base no projeto de lei enviado pelo executivo, vez que a lei
36 ainda não foi publicada, que a matéria é bastante complexa, fez a leitura
37 da ementa do parecer da Comissão: “PROJETO DE LEI Nº43/2015 – ICMS
38 – MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS. ITCMD – FATO GERADOR PRESUMIDO -
39 - BITRIBUTAÇÃO – MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTAS. IPVA – MAJORAÇÃO
40 DE ALIQUOTAS – FORMA DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO- OFENSA
41 À DEGURANÇA JURÍDICA E À AMPLA DEFESA. TAXA DE INCÊNDIO –
42 SERVIÇO INDIVISÍVEL E INESPECÍFICO”, a Comissão concluiu que o
43 projeto está contaminado por vicio de inconstitucionalidade, legisla sobre
44 matéria de competência específica da união, dentre outros, sugerem
45 entrar com ação declaratória de inconstitucionalidade, solicitam
46 autorização do Conselho para entrar com essa ação, o Presidente Epitácio



1 Brandão registrou a presença da Presidente da Comissão de Direito do
2 Consumidor Priscila Martins e agradeceu pela elaboração da nota de
3 repúdio divulgada pela OAB/TO, submetido a discussão o parecer da
4 Comissão, o Conselheiro Roger Ottaño parabenizou os integrantes da
5 Comissão pelo parecer, e disse que a OAB/TO deve mesmo se posicionar e
6 atuar contra estes abusos, o Vice-Presidente da Comissão de Direito
7 Tributário Marcio Gonçalves esclareceu que o parecer foi elaborado por ele
8 e pelos advogados Renato Cury e Tiago Perez, o Conselheiro Ronan Pinho
9 disse que precisamos agir prontamente, que agir e tomar atitudes quando
10 a sociedade precisa engrandece a Ordem, que não teve pacote para
11 diminuir gastos, só para aumentar tributos, e se tivermos elementos para
12 as medidas jurídicas devemos sim entrar com a ação, certamente a
13 sociedade aplaudirá a OAB, manifesta seu apoio a medida judicial, o
14 Presidente da Comissão de Seleção e Inscrição Renato Oliveira
15 parabenizou os três advogados que elaboraram o parecer e se disse
16 favorável a tomada de atitude pela OAB/TO, que dentro do pacote consta
17 diminuição de combustíveis para viaturas policiais, que hoje um jovem foi
18 assassinado em frente a Ulbra, pediu ao Conselheiros que aprovelem entrar
19 com a ação, o Vice-Presidente da Comissão de Direito Tributário Marcio
20 Gonçalves disse que também nos preços das taxas houve aumento de
21 cinquenta a cem por cento, o Conselheiro Marcelo Neves parabenizou os
22 advogados que elaboraram o parecer, entretanto, o mesmo está baseado
23 apenas no projeto de lei, e não a lei em si, devemos tomar precaução e
24 verificar se houve ou haverá modificações no projeto de lei, o Vice-
25 Presidente Rubens Dário disse que uma das consequências do aumento
26 da carga tributária é a diminuição da atividade econômica, submetido a
27 votação o pedido de autorização para que a Comissão de Direito Tributário
28 tome as medidas judiciais cabíveis, inclusive ação direta de
29 inconstitucionalidade, foi aprovado por unanimidade. Em seguida passou-
30 se ao **item 01 da pauta:** Apresentação, discussão e votação da taxa de
31 cobrança da listagem de advogados inscritos: o Presidente Epitácio
32 Brandão disse que o Provimento cento e quarenta e seis do Conselho
33 Federal autoriza cobrar até dez anuidades por cada lista, que o Presidente
34 da Comissão Eleitoral sugeriu cobrar quatro anuidades, o Vice-Presidente
35 da Comissão de Direito Tributário Marcio Gonçalves disse que não
36 concorda com essa cobrança, pois é eleição classista, concorda em cobrar
37 apenas o custo, porém, se trata de mero arquivo eletrônico, o Conselheiro
38 Federal Ercílio Bezerra disse que em regra as eleições trazem muitas
39 despesas, e em regra todas as seccionais cobram, que todas as chapas
40 podem pagar, o Conselheiro Alessandro Canedo coaduna com a opinião
41 do colega Marcio Gonçalves, é contra a cobrança dessa taxa, vez que não
42 tem custo para a OAB/TO, entende que o provim não impõe a cobrança e
43 somente faculta, o Conselheiro Pedro Martins disse que é comum cobrar
44 essa taxa, que a questão é somente fixar o valor, o Conselheiro Alex
45 Hennemann se posicionou contra essa cobrança, que a seccional do Rio
46 Grande do Norte isentou as chapas da cobrança dessa taxa, o Conselheiro



1 Alexandre Abreu disse que não se trata apenas do custo de emissão, é
2 uma taxa que ajuda a custear todo o procedimento eleitoral, inclusive a
3 atualização desse cadastro, é favorável a cobrança, que o que deve ser
4 deliberado é o valor e não se vai cobrar ou não, o Conselheiro Adwardes
5 Vinhal disse que a Ordem toda será movimentada com gastos na eleição,
6 que as chapas devem ajudar a custear essas despesas, o mínimo que
7 seja, que a estrutura da OAB/TO será utilizada pelos candidatos, ainda
8 que indiretamente, que a eleição deve agredir o mínimo possível os cofres
9 da entidade, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse que dá quarenta e
10 oito reais por candidato, que essa lista é o maior patrimônio da Ordem,
11 entende que três mil e seiscentos reais por chapa é muito pouco, o Vice-
12 Presidente Rubens Dário disse que cada chapa terá direito, a seu critério,
13 a listagem impressa ou eletrônica, e para a impressa o custo é elevado,
14 que essa taxa, com quatro candidatos, não será suficiente para custear as
15 despesas com a eleição, o Conselheiro Roger Ottaño disse que o
16 Provimento cento e quarenta e seis diz que a taxa é impositiva, o
17 candidato tem que juntar o comprovante do pagamento da taxa ao
18 requerer a listagem, o Presidente Eptácio Brandão colocou em votação se
19 a taxa deve ou não ser cobrada, foi aprovado por maioria a cobrança da
20 taxa, vencidos os Conselheiros Alex Hennemann e Alessandro Canedo, e o
21 Vice-Presidente da Comissão de Direito Tributário Márcio Gonçalves,
22 quanto ao valor, o Conselheiro Alex Hennemann sugere cobrar o mínimo,
23 uma anuidade, o Vice-Presidente da Comissão de Direito Tributário
24 Márcio Gonçalves sugere cobrar o máximo, dez anuidades, o Conselheiro
25 Marcello Neves também sugere dez anuidades, o Conselheiro Roger
26 Ottaño sugere cinco anuidades, o Conselheiro Fernando Furlan sugere
27 dez anuidades, submetido a votação, por maioria foi aprovada a cobrança
28 de **quatro anuidades**. Em seguida passou-se ao **item 03 da pauta**: Autos
29 003/2015 – solicitação de desagravo, o Conselheiro e Procurador de
30 Prerrogativas Alexandre Abreu explicou que se trata da atuação do Juiz
31 do Juizado Especial da Região Norte, Alan Ide, que tem dificuldade de
32 relacionamento com os advogados, não é cordial, chega atrasado e
33 estende as audiências até as nove ou dez horas da noite, que já tentou
34 resolver de forma amigável, mas o juiz diz que está cumprindo metas do
35 CNJ, o Conselheiro Roger Ottano comentou sobre o caso do advogado que
36 era testemunha e saiu da audiência como réu, que o juiz tem ojeriza a
37 advogados, retomando a palavra, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que
38 no início de agosto desse ano se reuniu com o Corregedor do TJTO
39 Eurípedes Lamounier, que se comprometeu a conversar como Presidente
40 do TJTO, mas que essa solução não veio, e acabou ocorrendo a situação
41 com o Conselheiro e Presidente do TED Túlio Chegury, acha que o
42 desagravo terá sim repercussão nesse caso, que deve ser não apenas em
43 relação ao caso do Tulio, mas sim aos atos do magistrado em geral, que
44 não respeita os advogados, que em torno de setenta por cento das
45 sentenças desse Juiz estão sendo reformadas, que na semana passada
46 tratou mais uma vez desse problema com o Corregedor Eurípedes



1 Lamounier, que disse que esse problema era recorrente e que dessa vez
2 iria resolver, é favorável ao desagravo, a ser cumprido o mais breve
3 possível, sugere obter a pauta de audiência e entrar em contato com cada
4 advogado das partes para que nenhuma audiência seja realizada naquele
5 dia, além de divulgar tudo isso na mídia, o Conselheiro Federal Ercílio
6 Bezerra disse que o artigo dezoito do Regulamento Geral permite o que foi
7 sugerido pelo Conselheiro Alexandre Abreu, e que a Presidência da
8 OAB/TO faça de ofício a representação contra o magistrado na
9 Corregedoria, o Conselheiro Rodrigo Otávio disse que o problema é a falta
10 de uma magistrado titular naquele juizado, que já ouviu elogios a esse
11 magistrado, mas isso não o autoriza a tratar mal os advogados, o
12 Conselheiro Alex Hennemann disse que ele trabalha muito, mas de forma
13 equivocada, dado o grande número de sentenças reformadas, o
14 Conselheiro Alessandro Canedo se disse preocupado com os efeitos para
15 as partes da suspensão das audiências naquele dia, que não teria boa
16 repercussão, é contra essa parte, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra
17 perguntou se com esse ato não conseguiremos o contrário, pensa que
18 devemos estar em audiência, para obrigá-lo a falar e ouvir o desagravo, o
19 Vice-Presidente Rubens Dário esclareceu que o magistrado em questão
20 indeferiu pedido do Conselheiro Túlio Chegury de adiamento de
21 audiência, devido ao choque de horário com outra audiência
22 anteriormente designada, em outro juízo, que o juiz Alan ide não só
23 realizou a audiência como oficiou ao TED para entrar com processo ético-
24 disciplinar contra o Conselheiro Túlio Chegury, o Presidente Eptácio
25 Brandão ausentou-se momentaneamente da sessão, o Conselheiro Luiz
26 Antônio disse que desagravo deve ter propósito específico, e não a maneira
27 como o juiz trata os advogados, o Conselheiro Sergio Dantas disse que em
28 Colinas o juiz está marcando várias audiências com curto intervalo de
29 tempo entre elas, quase no mesmo horário, obrigando os advogados a
30 ficar até tarde, pede que seja feito desgravo em Guaraí em relação a juíza
31 da Vara do Trabalho, o Vice-Presidente Rubens Dário aconselhou o
32 Conselheiro Sergio Dantas a orientar a advogada de Guaraí que foi
33 ofendida pela juíza a encaminhar o pedido de desagravo para a Comissão
34 de Prerrogativas, o Conselheiro Fernando Furlan disse que o juiz Rubens
35 Corbo, que foi afastado da Vara do Trabalho em Gurupi, já está voltando
36 para Gurupi, o Conselheiro Alexandre abreu disse que naquela reunião
37 com o Vice-Presidente e Ouvidor do TRT-10 ficou acordado que o juiz seria
38 afastado para realizar tratamento psicológico, e que somente retornaria
39 se ficasse comprovado por laudo médico sua aptidão, que tem
40 conhecimento que o juiz Daniel Queiroga ficaria em Gurupi e Rubens
41 Corbo viria para Palmas, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que o
42 parecer da comissão de prerrogativas é pela realização do desagravo,
43 submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, ficando estabelecido
44 que o desagravo será no dia sete de outubro, as quinze horas na sede do
45 juizado especial da região norte. Em seguida passou-se ao **item 04 da**
46 **pauta:** Apresentação, discussão e votação do orçamento da OAB/TO para



1 o ano de dois mil e dezesseis: foi retirado de pauta e será apresentado na
2 próxima sessão. A seguir passou-se ao **item 05 da pauta**: Apresentação,
3 discussão e votação dos balancetes do mês de julho de dois mil e quinze
4 da OAB/TO: o Conselheiro e Presidente da Comissão de Orçamento e
5 Contas Rodrigo Otávio disse que os membros da Comissão não
6 conseguiram analisar os documentos a tempo e pediu para retirar o
7 assunto de pauta e trazer na próxima sessão. Em seguida passou-se aos
8 **itens 06 a 09 da pauta**: Apresentação, discussão e votação de registro
9 das Sociedades Simples sob denominação Medeiros e Medeiros Advogados
10 Associados e NS Neves Advogados Associados; Apresentação, discussão e
11 votação de averbação de registro da Sociedade Simples sob denominação
12 Ernesto Borges; e Apresentação, discussão e votação de alteração de
13 registro da Sociedade Simples sob denominação Pinheiro e Câmara
14 Advogados Associados, os pareceres da Comissão de Seleção e Inscrição
15 foram pelas aprovações dos pedidos, submetido a apreciação em bloco, o
16 Conselheiro Márcio Gonçalves sugeriu que os processos que estão com SC
17 baixem em diligência para retificação, O Vice-Presidente Rubens Dário
18 sugeriu apreciar assim e depois retificar, submetidos a votação, foram
19 todos aprovados por unanimidade. O Conselheiro Marcelo Neves
20 apresenta dois requerimentos, sendo o primeiro para que a Comissão de
21 Acesso à Justiça faça estudo sobre porque os Juizes das Varas das
22 Fazendas Públicas de Palmas são todos substitutos, para subsidiar
23 eventual providência por parte da Ordem junto ao TJTO para que essas
24 Varas sejam ocupadas por juizes titulares, o Vice-Presidente Rubens
25 Dário esclareceu que na reunião com o Corregedor Geral de Justiça
26 Eurípedes Lamounier foi dito por ele que o TJTO enfrenta sério entrave,
27 vez que o CNJ paralisou as promoções no Estado, inclusive o juiz Alan Ide
28 ainda não foi titularizado por falta de abertura de vaga na primeira
29 instancia, o Conselheiro Alex Hennemann disse que enquanto o CNJ não
30 dissipar a controvérsia não haverá promoção nem remoção, o segundo
31 requerimento é da comarca de Araguaína, onde o núcleos de prática
32 jurídica estão tomando causas de advogados, principalmente daqueles em
33 início de carreira, solicita que a Comissão de Ensino Jurídico faça estudo
34 sobre essa situação para subsidiar a tomada de decisão, o Vice-Presidente
35 Rubens Dário disse que para esses núcleos a lei não estabelece limite, o
36 Conselheiro Marcelo Neves disse que tem varas em Araguaína que já
37 encaminham as pessoas para esse núcleo de pratica jurídica, o Vice-
38 Presidente Rubens Dário sugeriu que o TED regulamente essa
39 participação, o Conselheiro Alex Hennemann disse que esteve em
40 Araguaína e também ouviu reclamações nesse sentido. O Presidente
41 Epitácio Brandão retornou e em seguida passou aos assuntos gerais, o
42 Conselheiro Alex Hennemann disse que o Vice-Presidente Rubens Dário
43 se comprometera a encaminhar aos conselheiros copia integral dos
44 documentos sobre a venda dos lotes, e isso não ocorreu, que já fez esse
45 pedido através de requerimentos vários e nunca teve resposta, requer
46 explicações sobre o assunto, o Vice-Presidente Rubens Dário explicou que



1 não tivemos acesso ao processo que está na Procuradoria do Estado, com
2 o Procurador Geral Sérgio do Vale, que nem a Diretoria tem cópia desse
3 processo, o Presidente Epitácio Brandão disse que dos documentos que
4 temos, que foram passados ao Conselheiro Fernando Rezende, serão
5 entregues cópias ao Conselheiro Alex Hennemann até a próxima semana,
6 o Conselheiro Alessandro Canedo perguntou se tem perspectiva de
7 solução, o Presidente Epitácio disse que sim, que inclusive esteve na
8 Caixa Econômica Federal e o Vice-Presidente Rubens Dário disse que o
9 ponto nevrálgico é um convenio firmado entre a CEF e Estado do
10 Tocantins, que em dois mil e quatro o Governador Marcelo Miranda
11 inseriu na escritura de compra e venda dos terrenos que a CEF assumiria
12 os ônus da aquisição, que posteriormente foi aprovado neste conselho a
13 venda dos lotes, que após a venda, ao tentar fazer a transferência
14 dominial, verificou-se a existência de clausula resolutive relativa ao preço
15 dos imóveis, que ficou decidido que bastava a Ordem fazer o pagamento
16 do preço atualizado monetariamente e esse ônus seria baixado, que esse
17 pagamento foi feito, entretanto, ao ser solicitada a baixa do gravame, foi
18 negada ao argumento de haver convenio estabelecido não foi firmado pela
19 Ordem, que a proposição é que esse convenio seja cumprido pela empresa
20 que comprou os terrenos, o Conselheiro Alessandro Canedo disse que os
21 lotes foram vendidos e a Ordem ainda nem havia feito o pagamento, que
22 esse ato não é moral, que qualquer entidade que fosse beneficiada nessas
23 condições a OAB deveria tomar atitude contra, que essas circunstâncias
24 foram omitidas do Conselho, que compramos os lotes por um valor e
25 vendemos por valor dez vezes superior, o Conselheiro Federal Ercílio
26 Bezerra disse que em sua primeira gestão recebeu cobrança de IPTU, mas
27 não sabia da existência desses imóveis, foram buscar a certidão do
28 registro imobiliário e só então, em dois mil e sete, ficaram sabendo da
29 existência desses imóveis, o Conselheiro Alex Hennemann disse que votou
30 favorável a venda, e agora escuta o Vice-Presidente Rubens Dário falar
31 que tínhamos conhecimento dessa restrição, que somente agora toma
32 conhecimento dessa restrição, que isso foi omitido na sessão que aprovou
33 a venda, e agora temos a venda concretizada onde somos surpreendidos
34 com essa restrição, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que estava
35 naquela sessão e a autorização para a venda foi genérica, decidiu-se pela
36 venda e destinação dos recursos, que somente na hora da venda é que
37 essa análise foi feita, que essa restrição não é retrovenda nem pacto
38 comissório, mas apenas compromisso com a CEF foi autorizado vender os
39 lotes para os quais a OAB não tinha destinação e que a empresa
40 assumisse o compromisso junto a CEF que seria da Ordem, a cláusula
41 resolutive foi cumprida pela OAB, aqui foi decidido que os recursos da
42 venda seriam usados na construção dos clubes, que ele, juntamente com
43 a assessoria jurídica do escritório da imobiliária do Conselheiro Fernando
44 Rezende fizeram a análise da viabilidade jurídica do negócio, que o único
45 problema constatado foi a clausula resolutive, o Conselheiro Alessandro
46 Canedo disse que esses fatos foram omitidos do Conselho, que se tivesse



1 conhecimento desses fatos votaria contra, o Conselheiro Alex Hennemann
2 disse que não teria autorizado se soubesse desses empecilhos jurídicos,
3 que se diz indignado porque esses esclarecimentos só foram prestados
4 agora, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que o processo estava
5 desaparecido na Procuradoria do Estado, o Conselheiro Federal Ercílio
6 Bezerra disse que era para construir apartamentos com enfoque para os
7 advogados e se sobrasse apartamentos seria possibilitado a venda para
8 outras pessoas, que a Ordem tem suas receitas, e parte delas é o auxílio
9 financeiro que vem do Conselho Federal, que este plenário onde estamos
10 foi construído com esse tipo de verba, que autorizada a venda dos
11 terrenos, ela veio com rubrica específica, que cerca de quinhentos mil
12 reais deveriam ser aplicados nas subseções e o restante no clube de
13 palmas, e agora surge a preocupação porque já recebemos valores
14 superiores a quinhentos mil reais, que mesmo com a desoneração de
15 cento e oitenta mil reais, valor pago ao estado do Tocantins, é algo como
16 nove por cento do valor total, entende que devemos reduzir o repasse dos
17 valores, o excedente deve ser depositado em conta específica, esse recurso
18 não pode ser usado para pagar dívidas da Ordem, se o fizermos será uma
19 pedalada, como fez o Governo Federal, esse recurso veio com rubrica
20 fechada, que é a construção dos clubes, pede que a Diretoria observe essa
21 condição, senão será desvio de finalidade, o Presidente Epitácio Brandão
22 disse que foi Vice-Presidente do então Presidente Ercílio Bezerra em dois
23 mandatos e que com o dinheiro que veio do Conselho Federal para
24 construir este plenário o então Presidente Ercílio Bezerra não fez o que
25 falou aqui, vez que o dinheiro veio do Conselho Federal e foi para o caixa
26 geral da Ordem, que o dinheiro dos terrenos foi colocado na conta da
27 Ordem, que o gasto foi suspenso até que se resolva o problema, que temos
28 o relatório detalhado da aplicação desse dinheiro, que as contas serão
29 prestadas com dignidade, não há nada a esconder, que nas subseções
30 teve que ser aplicado mais do que foi autorizado, que em Colinas foi
31 aplicado além de cem mil reais, que a Ordem assumirá a recomposição
32 desse dinheiro, o Conselheiro Fernando Furlan disse que quando a
33 Diretoria apresentar essa prestação de contas o Conselho pode aditar a
34 autorização, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que discorda de que a
35 destinação seja específica e vinculada, que o fato de o Conselho ter
36 vinculado a destinação não obriga a criação de conta específica para os
37 recursos, que o que tem que ser avaliado pelo Conselho é o cumprimento
38 ao final, e que ainda não recebemos a totalidade do dinheiro, que falta
39 cerca de um milhão a receber, que o Presidente Epitácio Brandão já se
40 comprometeu a prestar essas contas, que a contabilidade da OAB não
41 deve ser igual a de empresas públicas, que esse percentual do deságio
42 ainda pode ser feito, quando receber o resto dos recursos, isso não é
43 maquiagem de contabilidade, o Conselheiro Roger Ottano disse que o
44 investimento pode ser feito a complementação das despesas, que isso não
45 é desvio de finalidade, o Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira
46 disse que a OAB padece dos próprios defeitos, que os recursos para a



1 construção do clube de Gurupi foram cortados, que a utilização a maior
2 dos recursos foi para evitar prejuízos, que o momento é de casuísmo, falar
3 nisso agora é casuísmo, o Conselheiro Fernando Furlan disse que o
4 Conselho pode ampliar o repasse dos recursos, o Vice-Presidente Rubens
5 Dário disse que discorda do Conselheiro Federal Ercílio Bezerra porque o
6 recursos não foram gastos com custeio, e sim com a finalidade para a
7 qual foram destinados, construir clubes, o Conselheiro Huascar Teixeira
8 disse que essa discussão não ocorreria se o Conselho tivesse autorizado
9 antes dos gastos, falta comunicação com o Conselho, primeiro faz a coisas
10 e depois o Conselho vai arrumar, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que
11 falta planejamento no que é feito, que não existe cronograma de despesas,
12 por isso não há desvio de finalidade, nesse momento o Conselheiro
13 Alexandre Abreu pediu licença para se ausentar a fim de se reunir com a
14 Presidente da AMATRA Rosarita Caron para tratar sobre o Juiz Rubens
15 Corbo, o Conselheiro Federal Ercílio Bezerra disse que os candidatos
16 receberam advertência da Comissão Eleitoral, que a Comissão está
17 advertindo os candidatos para que não cometam irregularidades nas
18 eleições, o Conselheiro Ronan Pinho disse que foi informado a pouco que,
19 no tocante ao cálculo das custas processuais em Araguaína, a portaria foi
20 revogada ontem, o Presidente Epitácio Brandão informou que a sessão
21 apazada para o mês de novembro está mantida. Em seguida o Presidente
22 Epitácio Brandão declarou encerrada a sessão. Esgotada a pauta, eu
23 Paulo Saint Martin de Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins
24 da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão
25 seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

26
27
28
29
30 **Dr. Epitácio Brandão Lopes**

31 Presidente

32
33
34
35
36 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**

37 Secretário-Geral